



Amaral Netto considera "vergonha" aumento de 100% ou 200% nos ganhos dos parlamentares

## Imposto é o tema mais polêmico

A discussão em torno dos subsídios integrais para o mês de outubro, em consequência das faltas a partir do dia 5 e que devem perdurar até o próximo dia 22, não parece preocupar deputados e senadores. Eles estão certos de que os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), aplicarão o regimento interno, que permite o recesso branco, um mês antes das eleições.

O que vem provocando polêmica é o caso do desconto do Imposto de Renda, que, a partir de 5 de outubro, está interferindo na vida de deputados e senadores. E foi por conta disso que os parlamentares só receberam seus subsídios — fixo e variável (jetons em relação ao mês de setembro) — treze dias após a data prevista, ao invés de 21 de outubro, como é de praxe. O salário só foi liberado em 4 de novembro, com as devidas correções de imposto determinadas pela nova Constituição e que ficaram, em média, em 45% dos subsídios.

### Renda múltipla

Com o imposto, deputados e senadores devolveram ao Congresso cerca de Cr\$ 900 mil. Isto porque não ocorreram sessões extraordinárias, a partir da votação da redação final da Constituição — no dia 22 de setembro, o que praticamente duplica o valor do jeton (compromisso por sessão). No início de outubro, os parlamentares engordaram seus saldos bancários com os adiantamentos de praxe, sem o desconto do Imposto de Renda, pois a Constituição não estava em vigor. Este valor, de Cr\$ 1.827,00, incluiu o pagamento do auxílio hospedagem, passagens, despesas com pessoal, telecomunicações, correio, locomoção e alimentação, além do salário nominal do parlamentar, que está em torno de Cr\$ 800 mil.

O atraso para o pagamento da segunda parcela deveu-se à demora nos cálculos do Imposto de Renda, sobre o total de rendimentos. Com isso, no dia 4 último, deputa-

dos e senadores receberam — em média — 45% a menos do que normalmente teriam direito. Um total de Cr\$ 682.543,47 cruzados, divididos em Cr\$ 156.528,72 de subsídios fixos e mais Cr\$ 526.014,75 de subsídios variáveis (jetons). O pagamento do auxílio de novembro, também, não saiu.

Na verdade, de mês para mês, o pagamento dos parlamentares varia de Cr\$ 2 milhões a Cr\$ 2,5 milhões, incluindo auxílio-moradia. Com o Imposto de Renda, só terão direito ao auxílio-moradia os parlamentares que não tiverem residência própria na cidade ou morarem em hotéis. Neste caso, continua a ser pago o auxílio-moradia, que é de 50 vezes o Maior Valor de Referência (MVR) e, ontem, um MVR correspondia a Cr\$ 7.665,00.

### Novidade: Imposto

Uma comissão mista está estudando o rendimento dos parlamentares, em consequência da inclusão do Imposto de Renda para a categoria. Pela Constituição, em seu artigo 49, parágrafo VII, cabe ao Congresso Nacional fixar o valor da remuneração para deputados e senadores, em cada legislatura, para a subsequente, observando os aumentos de praxe. Portanto, em tese, só em fevereiro de 1991, o valor da remuneração dos parlamentares poderá ser fixado acima das correções mensais pertinentes.

### Militares

Mas o Presidente da República aumentou o soldo dos militares em 120%, através de decreto-lei e antes da promulgação da Constituição, justamente para manter os salários reais e atuais. Na Câmara e Senado, porém, a comissão mista não pretende ampliar os subsídios, conforme declararam seus principais membros, entre eles o relator, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Mas mesmo que o projeto seja remetido a plenário, desta maneira, certamente, vai levantar muita polêmica.

Muitos, como o deputado Amaral Netto, líder do PDS, diz que vergonha foi aumentar em 100%,

200% os rendimentos dos deputados estaduais, que têm muito menos problemas e responsabilidades do que os federais. "Lógico que mais de Cr\$ 1,5 milhão é um bom salário. Mas nós já fizemos nossas vidas com o dinheiro atual e o padrão não poderá cair. Isto sob pena de, nas futuras legislaturas, só entrarem no Congresso quem não precisa de subsídios — os ricos — e os desonestos, que vão montar bancas de projetos e cobrar por isto. Afinal, fazemos o pior concurso público do País, a eleição, e de quatro em quatro anos".

### Aumento retroativo

Amaral, por sinal, afirmou que o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, estava estudando uma fórmula para aumentar os subsídios em Cr\$ 500 mil, o que reduziria o desconto em folha em 50% do que os parlamentares atualmente recebem. Já o secretário-geral da Mesa, Paulo Affonso Martins de Oliveira, disse que o aumento pensado era de Cr\$ 600 mil. "Aliás, bem abaixo do que receberam os deputados do Rio de Janeiro, por exemplo", acrescentou.

Paulo Affonso, no entanto, acha o pagamento de subsídios variáveis ilegal e defende esta tese para os que estão escrevendo o novo regimento interno da Casa. Se a tese do secretário-geral for aceita, não se reduziria muito o atual salário dos parlamentares — com o imposto —, mas os jetons parariam de ser computados para os faltosos e que, normalmente, recebem o subsídio sem descontos, pois a lista de presença é fácil de ser burlada, conforme já foi comprovado.

Mas toda esta discussão pode não ter sentido, se for confirmada informação de um alto assessor do Senado. Ele garante, que além de estar previsto um aumento real para que os parlamentares não percam seus atuais subsídios, este efeito poderá ser retroativo a outubro, a fim de compensar o Imposto de Renda retido na fonte, quando o Congresso não pôde regulamentar a Constituição. (S.C.)